

## Participe do seminário “Sistemas de Integridade no Direito Comparado”

SEMINÁRIO

### Sistemas de Integridade e Poder Judiciário



do CNJ e integrante do CINT, Anderson de Paiva Gabriel.

As discussões terão a participação de magistrados dos Poderes Judiciários Federal e Estadual e de outros países, como do diretor da Escola Judicial da Espanha e professor associado da Universidade de Almería, juiz Jorge Jiménez Martín, além do magistrado argentino e juiz da Câmara de Apelações desde 2003, Marcelo Pablo Vázquez e

da diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, juíza Elisa Samuel Boerekamp.

O público-alvo do evento são magistrados, operadores do direito e público em geral. Os interessados poderão se inscrever por meio do [link https://bit.ly/3OP6oHj](https://bit.ly/3OP6oHj).

Para conferir a programação completa do seminário basta acessar o [link https://bit.ly/3NEq2ox](https://bit.ly/3NEq2ox).

Mais informações e esclarecimentos poderão ser prestados pela Secretaria de Cerimonial e Eventos do CNJ, pelos telefones (61) 2326-5540/5541.

No dia 13 de julho, das 9h30 às 12h30, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará o seminário “Sistemas de Integridade no Direito Comparado”. O evento será no formato *on-line*, com transmissão, ao vivo, pelo canal do CNJ no *Youtube*.

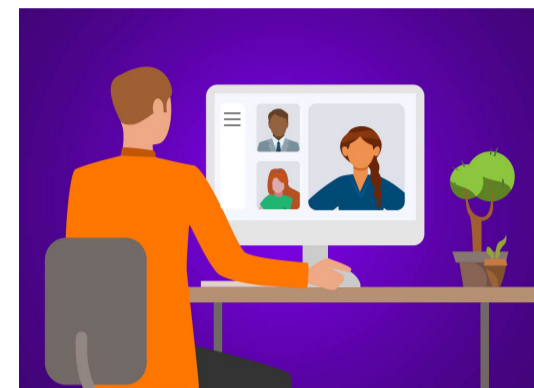
A abertura do seminário ficará a cargo do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e coordenador do Comitê de Integridade do Poder Judiciário (CINT), conselheiro Mauro Pereira Martins e da presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juíza Renata Gil. A mesa será presidida pelo juiz auxiliar

## CNJ aprova regras específicas para utilização de videoconferências pelo Poder Judiciário

Na 353ª Sessão Ordinária realizada no dia 21 de junho, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou novas regras para utilização de videoconferência nas audiências judiciais, no âmbito do Poder Judiciário. A utilização desta ferramenta em processos judiciais foi uma das medidas mais importantes para manter a prestação jurisdicional ativa durante a pandemia de Covid-19, garantindo assim o acesso dos brasileiros à Justiça.

O Normativo, estabelecido por meio do Ato 0003090-74.2022.2.00.0000, determina diretrizes mais específicas na realização das videochamadas, como vestimentas adequadas dos membros do Judiciário (terno ou toga) e fundos de telas apropriados e estáticos, que façam relação com a sala de audiência ou tenham neutralidade.

O presidente do CNJ e relator da Resolução, ministro Luiz Fux, destacou a importância da regulamentação e ressaltou que a recusa na observância dessas diretrizes pode justificar suspensão ou adiamento da audiência, bem como expedição de ofício ao órgão correccional



da parte que descumprir a determinação judicial.

A nova Norma também chama atenção dos demais atores do Sistema de Justiça presentes nas audiências, a exemplo de promotores, defensores, procuradores e advogados, a fim de que se certifiquem de estarem com suas câmeras ligadas, em condições satisfatórias e local adequado.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

## CAIXA faz alerta de segurança sobre possíveis golpes



solicitando atualizações de cadastro e senha e d) A CAIXA não entra em contato solicitando a liberação de novos dispositivos de acesso ao *Internet Banking*.

Atente-se à mensagem abaixo encaminhada à DIREF-SJBA pela instituição:

1 - Vários servidores entraram em contato informando terem recebido mensagem de texto contendo informação de alerta de PIX agendado/efetivado e divulgando número de telefone para contato.

2 - Informamos que a CAIXA não envia esse tipo de mensagem, com número de telefone para ligação ou *link* para acesso, bem como o telefone informado não é da CAIXA.

3 - A CAIXA só envia mensagens pelos números: **29193, 29194, 29196, 29197, 29015 e 29111**. Se suspeitar de golpe, encaminhe o *e-mail* ou tire um *print* da mensagem recebida, mostrando o número do telefone de onde veio o *link* e faça uma denúncia para [abuse@caixa.gov.br](mailto:abuse@caixa.gov.br).

4 - Para mais dicas acesse <http://www.caixa.gov.br/seguranca>.

A Gerência da Caixa Econômica Federal (CEF) solicitou apoio da Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia (DIREF-SJBA) na divulgação de alerta de segurança sobre possíveis golpes.

Uma série de instruções são dadas pela CEF com o objetivo de evitar golpes e possíveis transtornos, como: a) não informe a senha da sua conta ou assinatura eletrônica por telefones ou mensagens. A CAIXA não faz contato solicitando esse tipo de informação; b) não clique em *links* enviados em nome da CAIXA. A instituição só envia *links* por *e-mail* e *WhatsApp* com a sua solicitação e nunca envia *links* por SMS; c) A CAIXA nunca envia *e-mail*

## Magistrados deverão ativar o Múltiplo Fator de Autenticação (MFA)

Desde ontem, 27/06, a ativação do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA), para acesso aos serviços da plataforma *Office 365*, passou a ser obrigatória também a todos os magistrados da 1ª Região. A ação faz parte do Plano de Ação de Segurança Cibernética da 1ª Região e foi recomendada para magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do Tribunal e das Seccionais.

Desde o dia 6 de junho, a medida foi adotada para servidores e colaboradores do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias. O objetivo é além de oferecer um ambiente mais seguro para os usuários de Tecnologia da Informação (TI) da Justiça Federal da 1ª Região, também prevenir ataques *hackers*.

A não ativação do MFA impede o acesso a serviços da *Microsoft* em geral (*sharepoint, intranet, outlook, e-mail, Teams, OneDrive* e demais serviços da plataforma *Office 365*). O MFA é um processo que adiciona uma camada de proteção ao processo de entrada (*login*) em contas, sistemas ou aplicativos em que o usuário é solicitado, durante o processo de conexão, a fornecer uma forma adicional de identificação, como inserir um código gerado por aplicativo no celular, ou por uma verificação de impressão digital, ou ainda, utilizar *software, token* e *push*, além de inserir a senha.



Para fazer a ativação, o magistrado deve acessar o tutorial na página de segurança da informação (<https://bit.ly/3yrWlWm>) na *Intranet*. Aquele usuário que perdeu o acesso, por não ter ativado o MFA a tempo, deve abrir um chamado pela assistente virtual Lucy, no portal do TRF1 e, após, clicar em “Acesso aos sistemas do TRF1” e em “Múltiplo Fator de Autenticação (MFA)”. Depois clicar em “Cadastrar o Multifator de Autenticação (MFA)”.

Em caso de dificuldades, o Núcleo de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária da Bahia (NUTEC-SJBA) orienta que se proceda a abertura de um *e-sosti* solicitando atendimento.

Esta matéria está associada ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

### Aniversariantes

**Hoje:** Juliane Maria Nogueira Ribeiro (Irecê), Adina Sidnay Freire Teles (Ilhéus), Vilma Lucia Soares Farias (Itabuna). **Amanhã:** Célia Regina Ody Bernardes (Juíza Federal de Teixeira de Freitas), Camila Falconery Cavalcanti Reis (15ª Vara), Berta Cristina Vieira de Moraes (Itabuna), Lisiane Leide Carvalho dos Santos (1ª Vara).

**Parabéns!**

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Adriana Souza Daniel. **Diagramação:** Taiana Laiz Silva de Jesus. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.